

Outra morte à espera de remédio

Lilian Tahan

Da equipe do **Correio**

A agonia de Nuvendoura Brasil Ferreira, 55 anos, durou quatro meses e 19 dias. O tempo separa sua primeira seção de quimioterapia, em 21 de maio de 2002, do dia em que a dona-de-casa morreu, em 17 de outubro. Médicos dizem que a paciente de câncer no esôfago poderia ter vivido mais, ou ter sofrido menos, caso tivesse recebido o tratamento adequado. As sessões de quimioterapia, essenciais para garantir uma sobrevida digna a Nuvendoura foram interrompidas nos primeiros 14 dias de tratamento.

O motivo, a falta de medicamentos, é o mesmo que levou o promotor Jairo Bisol, da Promotoria dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (Pro-SUS), a entrar com pedido de prisão do ex-secretário de saúde, Aluisio Toscano. Como a estudante Valdirene Jesus Rocha, que morreu de câncer no estômago, na sexta-feira passada, Nuvendoura perdeu a vida à es-

pera de remédios da Secretaria de Saúde. "Esses dois casos são uma pequena amostra de um problema que virou calamidade pública. Com a denúncia desses casos, outras pessoas se sentirão encorajadas para procurar a Justiça", prevê Bisol.

Esposa, dona-de-casa e mãe de oito filhos, a paciente lutava para viver. "Brigava tanto quanto a gente para ter direito aos remédios. Mas chegou uma hora que ficou tão custoso, que ela desistiu", emociona-se o filho Júlio César Brasil. Quando descobriu o tumor maligno, Nuvendoura precisou passar por duas cirurgias. Foi operada no Hospital Regional da



CÂNCER MATOU DOURA EM UM ANO MEIO: ELA DESISTIU NO FINAL

Asa Norte (HRAN).

Mas a doença persistiu. E, então, o único remédio seria a quimioterapia. Deu entrada no Hospital de Base e, durante duas semanas, recebeu os medicamentos básicos. Mas a droga precisava ser mais forte. O estoque do Hospital de Base só deu para iniciar o primeiro ciclo da quimio.

"Os médicos disseram que não havia mais nada que pudesse fazer. Sugeriram que a gente procurasse o Hospital Universitário (HUB)", conta um dos filhos. Ele explica que o tratamento que a paciente precisava não utiliza os medicamentos básicos. Fazem parte de uma lista de remédios muito caros: "Para nós é prejuízo fazer esse tipo de tratamento. O SUS não paga por eles. Mas com a determinação judicial temos que fazer

mudou muito. Ela não pôde ser internada no HUB porque o hospital não tinha as medições que a paciente precisava. O último recurso da família foi pedir a ajuda da promotoria. No dia 18 de setembro, Jairo Bisol encaminhou intimação ao diretor do Hospital Universitário para que providenciasse os remédios de alto custo para a doente.

Paulo Veiga, vice-diretor do Hospital Universitário, confirma o recebimento da intimação. Ele diz que as providências foram tomadas imediatamente, mas admite que a remessa pode ter atrasado, como é de costume. "Dependemos dos fornecedores, que muitas vezes não cumprem os prazos estabelecidos", justifica o médico.

Ele

explica que o tratamento que a paciente precisava não utiliza os medicamentos básicos. Fazem parte de uma lista de remédios muito caros: "Para nós é prejuízo fazer esse tipo de tratamento. O SUS não paga por eles. Mas com a determinação judicial temos que fazer

de todo jeito", diz Veiga.

O ex-secretário, Aluisio Toscano, anunciou em reunião com o governador que não se sente responsável pela morte da estudante Valdirene. Ele disse que pretende recorrer à Justiça para processar Jairo Bisol. "O promotor se precipitou, levou o caso à imprensa sem ter o prontuário da paciente. Eu tenho laudos mostrando que, desde junho, ela não tinha condi-

cões de tratamento", indigna-se Toscano.

O oncologista José Antônio Ribeiro, do Hospital de Base, confirma que, em alguns casos, a quimioterapia não cura o câncer. Mesmo assim, o especialista é enfático: "O tratamento melhora a qualidade de vida do paciente, que não sente tanto as dores da doença. E no fim, o que realmente pesa é proporcionar uma morte digna ao doente".

Wanderlei Pozzembom



A FAMÍLIA PROCUROU AJUDA DA PROMOTORIA PARA CONSEGUIR REMÉDIOS